

SOMOS TODOS FILHOS ADOTIVOS

In: Psicanálise na vida cotidiana 6. Andrade, E; Freitas, V; Ceccarelli, P. (orgs). Bom
Despacho: Literatura em cena, 243-258, 2025

Paulo Roberto Ceccarelli

*Embora todo mundo acredite saber o que é uma família,
é curioso constatar que por mais vital, essencial e
aparentemente universal que a instituição família possa
ser, não existe, como é também o caso para o casamento,
uma definição rigorosa¹.*

Introdução

A observação de Françoise Héretier, antropóloga francesa, causa um certo estranhamento, pois desconcerta a visão tradicional que temos de “família”. Cabe, então, perguntarmos sobre os laços sociais que sustentam a chamada família tradicional: como se organizam as dinâmicas pulsionais inconscientes que subjazem as relações de objeto e a dinâmica edípica em outras configurações familiares?

A necessidade de certezas e de imutabilidade é tão forte, que raramente levamos em conta que nossas verdades são construções historicamente datadas. Um exemplo disso é o período da adolescência, quando o/a jovem constrói sua própria maneira de ler o mundo, muitas vezes em completa oposição à dos pais, gerando um conflito: a nova leitura de mundo trazido

¹ HERETIER, F. *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. BONTE, P.; IZARD, M. (org.). Paris, PUF, 1991. p. 273.

pelo/a jovem pode ser inaceitável, pois obriga os pais a repensarem, ou mesmo abandonarem, tudo aquilo que, até então, eles tinham como “natural” e “imutável”. Quando o caráter imaginário da verdade ganha o primeiro plano, pode ocorrer o retorno de eternos questionamentos: quem somos, de onde viemos, para onde vamos, o que nos constitui como sujeitos...

Os primeiros séculos da cultura ocidental foram marcados por dificuldades relativas à implantação da ideologia cristã à pagã. Mais tarde, as transformações do mundo feudal, trazidas pelas ideias liberais introduzidas pela revolução burguesa, ocasionaram novas posições. Na Idade Média, quem ousasse questionar a participação de tudo que é vivo - plantas, animais, seres humanos - na cadeia dos seres, corria o risco de ter a língua arrancada, o corpo torturado e queimado para que a ordem natural e imutável fosse preservada: a que serviram os Tribunais da Inquisição? Aos poucos, o sujeito produtor do feudalismo foi transformado, pelo capitalismo incipiente, em consumidor. Seguiram-se as mudanças trazidas pelo Renascimento, pela Revolução Francesa, as consequências da Revolução Industrial no século XVIII, as duas Grandes Guerras, e outras tantas.

Mudanças sociais

O lugar dos homens e o das mulheres nas relações sociais, no trabalho, na reprodução, nas questões demográficas,

levaram aos movimentos feministas que se apoiaram nas mudanças sociopolítico-econômicas de então. Foram essas novas condições sociais que possibilitaram a emergência de um discurso revolucionário a respeito do sexual, cujo um dos expoentes é a psicanálise: os *Três Ensaio*s (Freud, 1905), ainda considerado por muitos como subversivo, perverte a ordem vigente ao denunciar que, em se tratando de sexualidade humana, nada existe de natural.

A “revolução sexual” dos anos sessenta, e o aparecimento da pílula anticoncepcional, foram recebidas com apreensão e reservas por muitos, pois prenunciavam o fim da família, dos costumes e da moral: a mulher que trabalhava fora, e tinha acesso à pílula, não resistiria a tentações extraconjugais. Mais uma vez, como no relato bíblico da Criação, a culpada é a mulher.

Na mesma linha que atribui a culpa às mulheres, há quem sustente que a “desorganização” gerada pelas mudanças sociais, particularmente nas organizações familiares, devem-se as novas posições da mulher nas últimas décadas, que as levou a um afastamento da família, da maternidade e da Igreja. É o que se lê no documento publicado, em vários idiomas, em 31 de julho de 2004, pelo Cardeal Prefeito Ratzinger, futuro Bento XVI, intitulado – *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*.

No documento, Ratzinger (2004) discorre sobre a importância de as mulheres estarem “presentes, ativamente e até com firmeza, na família”. Caso contrário, “é a sociedade no seu conjunto que sofre violência e se torna, por sua vez, geradora de

múltiplas violências.”

Fato é, como a história nos ensina, que a Humanidade está constantemente em crise, e que referências simbólicas são produzidas, e reproduzidas, para sustentar a nova leitura do mundo: o imaginário sócio-histórico no qual estamos inseridos, apenas reproduz, pela repetição do mesmo em cópias variadas, efeitos ilusórios que, através da clivagem do Eu (*Ichspaltung*), relutam em aceitar o mal-estar inerente à cultura.

Arranjos familiares

Em continuidade ao trabalho teórico-clínico que venho desenvolvendo sobre os *Arranjos Familiares* (Ceccarelli, 2002; 2005; 2006; 2007; 2019; 2024; 2025), gostaria de refletir sobre os fundamentos que sustentam a noção de família, lembrando que a transformação dos genitores em pais não é atrelada ao fato físico que dá lugar ao nascimento de uma criança.

As questões trazidas pelos novos arranjos familiares, sobretudo quando seus protagonistas passaram a reivindicar seus direitos, interpelaram o tecido social, produzindo inquietações psíquicas: do ponto de vista materno e/ou paterno, existiria alguma “diferença” de investimento no caso de uma gravidez tradicional e de uma fecundação *in vitro*? A psicosexualidade de uma criança gerada em tais condições diferiria da de uma criança adotada? O que dizer da gestação por um processo biotécnico de inseminação artificial com doador anônimo? Como

se dá, para o homem, o processo ao acolher uma criança gerada pelo esperma que não o seu? A falta de um dos genitores - monopaternidade - ou um casal do mesmo sexo - homopaternidade - trará desdobramentos significativos nos processos identificatórios e, por conseguinte, na organização psíquica do sujeito? A inserção do candidato a sujeito no simbólico exige que alguém encarne o Outro, que Freud chama de pai, e Lacan de “função paterna”: o agente promotor de alteridade. Enquanto nos textos freudianos esta função é atribuída ao pai da realidade (Freud, 1929), as mudanças socioeconômicas fizeram com que ela pudesse ser exercida por outras pessoas, ou por instâncias sociais. Acreditamos que o que está em declínio não é o nome-do-pai, mas o sistema patriarcal: uma forma de organização social onde o agente promotor de alteridade, o agente castrador, era encarnado pelo pai. Este lugar, evidentemente imaginário, que centraliza o poder no pai, dava continuidade ao *Pater Potestas* romano, que vem sendo destituído nos novos arranjos familiares.

Ao tomarmos por universal nossa organização familiar, raramente refletimos que as relações de parentesco presentes em outras culturas, se estabelecem de maneira diversa da nossa. Acreditamos que não exista uma crise na família, mas, sim, em nossa dificuldade de abrimos mão de valores e teorias que assimilamos, via identificações, e que nos têm sido úteis para nos deslocarmos no simbólico. Qualquer mudança requer um trabalho de luto, pois devemos abandonar antigas posições em

prol de novos investimentos; e nunca abandonamos de bom grado um modo de satisfação pulsional, ainda que outro objeto já nos acene (Freud, 1914).

Quando refletimos sobre os fundamentos imaginário-ideológicos que sustentam a noção de família, em qualquer cultura, a primeira coisa que nos chama a atenção é que a transformação dos genitores em pais vai muito além do nascimento de uma criança. Nascer de um homem e de uma mulher não basta para ser filho ou filha daquele homem e/ou daquela mulher; colocar uma criança no mundo, não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) deve ser transformado em filiação (fato social), para que a criança seja inserida na organização simbólica (fato psíquico), o que a possibilitará constituir-se como sujeito.

Na nossa cultura, o fato físico, o social e o psíquico apresentam-se cada vez mais desvinculados um do outro. As técnicas atuais de geração e reprodução assistida, a inseminação artificial, a fecundação com doador anônimo, o útero emprestado (antigamente conhecido como “barriga de aluguel”) e outras tantas, desvincularam radicalmente as relações de geração, gestação e nascimento.

O reconhecimento de uma filiação não é, necessariamente, exercido pelos genitores biológicos. Quanto ao fato psíquico, a inserção do recém-nascido na cartografia que lhe atribui um lugar no simbólico, interessa-nos saber quais os elementos indispensáveis para que ela se realize. Se, no modelo de família

tradicional, os agentes promotores do fato psíquico são um homem e uma mulher, as novas organizações familiares sugerem possibilidades de modos outros de produção de subjetividade.

A constituição de cada sujeito é tributária da particularidade dos processos identificatórios aos quais somos condenados por falta de identidade. Além disso, o lugar que o recém-nascido, candidato potencial a sujeito, ocupa, depende da interpretação que ele faz do desejo do Outro.

A história nos mostra que muitos destes modos de procriação e de filiação sempre existiram, embora fossem marginais em relação aos padrões socialmente esperados, ou ainda, ignorados como se não estivessem ocorrendo, quando não tratados como uma fatalidade infeliz.

A *História da Família* (Burguière; Klapisch-Zuber; Segalen; Zonabend, 1986) nos informa da heterogeneidade dos arranjos familiares os quais, cada um dentro de seu próprio universo discursivo, atribui os lugares simbólicos de “pai” e “mãe”, assim como nas demais formas de laço social: “o parentesco não é uma invariante, mas, sim, um fenômeno histórico e contingente” (Aran; Corrêa, 2004, p. 332). A riqueza dos modelos familiares é tamanha, que antropólogos e etnólogos procuram evidenciar as invariáveis culturais a partir de como diversidades são criadas, sem se preocuparem em classificar as sociedades em termos de civilização (Fine, 2002).

Os investimentos pulsionais que definem o significante família são, como todo investimento, carregados de ambivalên-

cia: não raro, uma família é marcada pela rivalidade entre os seus membros, pelo ódio entre os irmãos, pelo ressentimento para com os pais. É interessante lembrar que a primeira família da qual se tem notícia no relato judaico-cristão da criação – Adão e Eva – conheceu o fratricídio, devido ao ciúme, levando ao “rompimento da fraternidade” (Gn, 4, 8). Embora castigado de forma exemplar, que em nada deixa a desejar aos castigos infligidos pelo tirano da horda, é Caim quem dá continuidade à humanidade (Gn, 4, 17): “brotamos de uma série interminável de gerações de assassinos, que tinham a sede de matar em seu sangue, como, talvez, nós próprios tenhamos hoje” (Freud, 1915, p. 335).

Embora a aliança matrimonial seja uma constante, sua definição varia segundo as culturas. Os arranjos que dissociam o sexo biológico dos progenitores de suas condições de pai e mãe, os que dizem respeito à realidade da concepção e da filiação, assim como a maneira que filhos de união anterior, sem laços consanguíneos, são incorporados à família, testemunham organizações familiares radicalmente diferentes das nossas (Cadoret, 1999).

Se o sistema representativo que chamamos “família” varia segundo a sociedade, o significante “família”, composto por fatores conscientes e/ou inconscientes, define as categorias que organizam o mundo social. Isso significa que qualquer modelo de família advém da ordem social que o engendra. Ordem essa, geradora do discurso ideológico que apresenta a “família” com

algo natural, senão sagrado, universal e imutável, e não como um construto social arbitrário e convencional.

A antropologia nos informa que aquilo que a psicanálise chama de “complexo de castração”, independentemente dos elementos presentes no complexo, vai impor à criança as restrições fundamentais para a constituição de sua psicosexualidade. Da mesma forma, compreendemos que não existe um modo único de separação da célula narcísica Outro-recém-nascido (Parseval, 2004).

O Complexo de Édipo, representação fantasmática sustentada por um relato mitológico, é, ao mesmo tempo, universal e singular. Universal, pois marca o que é próprio e o que diferencia o humano: a interdição do incesto, presente em toda e qualquer cultura que, via recalcamento, nos obriga a abandonar nossos primeiros objetos sexuais, e constitui “a mutilação mais drástica que a vida erótica do homem em qualquer época já experimentou” (Freud, 1930, p. 124). Particular, pois o que determina a circulação dos afetos é a ordem simbólica da cultura que acolhe o recém-nascido.

Ainda que o Édipo discutido por Freud reflita a dinâmica pulsional do modelo familiar de sua época, na qual a figura detentora do falo - evidentemente imaginário - era o pai, outros textos de Freud (1917; 1920) sugerem que mais importante que os protagonistas da cena edípica, são os caminhos da pulsão e as escolhas de objeto presentes na constituição da subjetividade.

Segundo Elisabeth Roudinesco,

o que funda a família sob o plano antropológico, não é a diferença biológica entre os sexos - que não implica necessariamente a existência de um pai e uma mãe reais, mas também de muitos substitutos -, é sobretudo a proibição do incesto e a necessidade de troca: as famílias são necessárias para que a família exista e é preciso a proibição para garantir o que nos diferencia do mundo animal: a passagem da natureza à cultura (Roudinesco, 2024, p. 4).

Assim, cada modo de filiação,

homopaternidade, adoção, monopaternidade, famílias tradicionais, famílias separadas, um, ou os dois, genitores falecidos e toda outra forma que pudermos imaginar - terá a sua própria configuração de angústia. Mas, do ponto de vista da constituição do psiquismo, não existe, *a priori*, nenhuma evidência para dizer que um modelo é mais ou menos patogênico (Ceccarelli, 2002, p. 96).

Interrogar-se sobre “família” implica outra questão bem mais profunda, e que diz respeito aos fundamentos que sustentam a ordem social. Não é sem razão, já o dissemos, que as novas organizações familiares são sentidas como ameaças à estabilidade social, o que evidencia o seu caráter imaginário: se fossem fixas, nada as ameaçaria, pois não haveria possibilidades de mudanças. Dito de outra forma, as novas organizações familiares produzem um modo de circulação pulsional diferente daquele criado pelo “parentesco natural”. Elas evocam complexos infantis que, por sua novidade, suscitam enigmas, abalam nossas certezas, além de produzirem o retorno do recalcado,

evidenciando a dimensão imaginária dos valores culturalmente tidos como Verdades.

A questão que, de fato, interpela a psicanálise pode ser formulada assim: o que permanece, o que há de fundamental, para que a subjetivação ocorra, isso independentemente do arranjo familiar, que acolhe o sujeito no mundo? Como se darão a construção do mito individual e a produção da verdade singular do sujeito nos diferentes arranjos afetivos?

O trabalho psicanalítico deve interessar-se não apenas em compreender os elementos constitutivos de um arranjo familiar, que se organizam em um momento sócio-histórico de uma dada sociedade, para compreender a ordem simbólica daí advinda, como também seguir os efeitos das mudanças socioeconômicas na dinâmica destes elementos, permitindo, assim, a compreensão da nova ordem simbólica. Valer-se dos recursos teórico-clínicos da psicanálise para sustentar que apenas um modo de filiação é promotor de normalidade, corresponde a uma imaginarização do simbólico o que é, no mínimo, perverso. Antes de ter acesso ao simbólico, o recém-nascido é um organismo pulsional, candidato potencial a tornar-se sujeito. A inserção do bebê na cultura não depende de um arranjo familiar particular, mas, sim, de como, na posição do Outro, uma determinada organização familiar, qualquer que sejam os protagonistas, sustentará o bebê na travessia de duas “violências” incontornáveis, fundamentais e fundantes assegurando-lhe a “sobrevivência psíquica” (McDougall,

ria (Aulagnier, 1981) e a violência simbólica (Bourdieu, 2002). Uma não é desvinculada da outra: a função de prótese (Aulagnier, 1981, p. 35), que a psique de quem acolhe a criança cumpre para preencher o vazio devido à condição antropológica fundamental do ser humano, o desamparo (*Hilflosigkeit*), guarda estreitas relações com a ordem simbólica na qual a criança será inserida, ou seja, com a violência simbólica. Dar representações às pulsões, é uma expressão da violência primária. Renunciar ao gozo narcísico em favor dos valores culturalizados é uma expressão da violência simbólica. A “saúde psíquica” seria, então, a capacidade de suportar o que estas duas violências impõem, que só seria possível, segundo Freud (1930), graças a força de Eros.

O necessário na genealogia do sujeito é a existência de uma diferença, de um Outro, graças à qual, renunciando à fusão, ele se constitui: para que uma criança exista simbolicamente é necessário que ela se separe de seu primeiro objeto pulsional, independentemente desse objeto ser um homem ou uma mulher. É necessário a introdução de um terceiro para que a separação ocorra, seja qual for sua realidade concreta: a fusão é fonte de muitas patologias (Roudinesco, 2006).

Para concluir

Quando os investimentos libidinais de quem acolhe o recém-nascido quando de sua chegada ao mundo, dando-lhe o

que chamo de “berço psíquico” (Ceccarelli, 2025), não encontram respaldo narcísico, ou ainda, quando tais investimentos são deficitários, ou até mesmo inexistentes, essa criança não é psiquicamente adotada, comprometendo a sua inserção no simbólico, logo, no social.

Sabemos que a maioria quase absoluta dos “desvios de conduta”, de comportamentos antissociais, delinquência, marginalidade, sociopatias, drogadicção, e as mais diversas modalidades do sofrimento psíquico, foram engendrados no modelo tradicional, o que nos obriga a estarmos atentos à toda idealização da família tradicional.

Embora os argumentos de parentesco sejam múltiplos - biológico, social, afetivo, religioso, cultural, histórico, dentre outros - não existe uma organização familiar ideal que garanta *a priori* um desenrolar mais ou menos sadio, ou mais ou menos patogênico, para a constituição do sujeito, o que nos leva a constatar que do ponto de vista da dinâmica pulsional e de investimentos de objeto, *as famílias são sempre construídas e os filhos sempre adotivos.*

Paulo Roberto Ceccarelli

Psicólogo – Psicanalista, Doutor em Psicopatologia fundamental e Psicanálise – Université Paris 7 – Diderot. Pós-doutor - Université Paris 7 – Diderot. Membro da *Société de Psychanalyse Freudienne* (SPF) – Paris, França. Sócio do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG); Sócio fundador do Círculo Psicanalítico do Pará (CPPA). Membro ativo do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP-BH). Membro do Corpo Docente do Contemporâneo: Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade, POA, RS. Professor das especificações do Instituto ESPE e coordenador de programas de formação livre. Coordenador de seminários na PERCURSO: Grupo de Estudos e Formação em Psicanálise, Manaus. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Membro da Associação Piera Aulagnier. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Professor e orientador de pesquisas do Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência/MP da Faculdade de Medicina da UFMG. Professor da pós em Sexualidade Humana, da Fac. Santa Casa, BH. Membro do Programa Antártico Brasileiro. Diretor científico da CASM, Clínica Ampliada de Saúde Mental. (CASM: <https://casm.bhz.br>). Coordenador do Instituto Mineiro de Sexualidade (IMSEX: www.imsex.com.br). Contato: paulorcbbh@mac.com. Homepage: www.ceccarelli.psc.br. Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Roberto_Ceccarelli.

Referência

ARAN, M.; CORREA, M.; Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Physis: Revista de Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 329-341, 2004.

AULAGNIER, P. *La violence de l'interprétation*. Paris: PUF, 1981.

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 2002.

BURGUIERE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALIN, M.; ZONABEND, F. (org.). *Histoire de la famille*. Paris: Armand Colin, vols. I, II, III, 1986.

CADORET, A. La filiation des anthropologues face à l'homoparentalité. In: BORRILLO, D.; FASSIN, E., (org). In: *Au-delà du PaCS. L'expertise familiale à l'épreuve d'homosexualité*. Paris: PUF, p. 209-228, 1999.

CECCARELLI, P. R. As leituras contemporâneas de gênero e suas repercussões nas organizações familiares. In: *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção*. Editora: Zagodoni, 2019. p. 17-28.

_____. Construções edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo: ano XV, v. 161, p. 88-98, 2002.

_____. Novas configurações familiares: mitos e verdades. In: *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 89-102, jun. 2007.

_____. Perinatalidade, paternidade e gênero. In: *Reverso*, Belo Horizonte, v. 46, n. 88, p. 105-114, dez. 2024.

_____. *Transsexualidades*. 4 ed. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2025.

_____. Violência e cultura. In: *Traumáticas*. RUDGE, A. (org). São Paulo: Escuta, 2006.p. 111-124.

_____. Violências simbólicas e organizações familiares. In: Féres-Carneiro, T. (org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro, Editora PUC - Rio, 2005. p. 266-277.

FREUD, S. *A organização genital infantil: uma interpolação à teoria da sexualidade*. v. IXX. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1923).

_____. *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1920).

_____. *Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise: conf. XXIII. v. XVI.* Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1917).

_____. *O futuro de uma ilusão.* v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Trabalho original publicado em 1927).

_____. *O mal-estar na civilização.* v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Trabalho original publicado em 1930).

_____. *O narcisismo: uma introdução.* v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Trabalho original publicado em 1914).

_____. *Reflexões para os tempos de guerra e morte.* v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Trabalho original publicado em 1915).

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.* v. V. Rio de Janeiro: Imago, 1972. (Trabalho original publicado em 1905).

MCDUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros.* Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

PARSEVAL, D. *La part du père.* Paris: Seuil, 2004.

RATZINGER, J. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo.* 2004. Disponível em: <http://www.defesadavida.com/colaboracaohomem.html>

ROUDINESCO, E. A potência da família: Édipo, Antígona, Jean Valjean. In: *Psicanálise na vida cotidiana 5.* ANDRADE, E; FREITAS, V; CECCARELLI, P. (orgs.). Bom Despacho: Literatura em cena, 2024, p. 109-124.

ROUDINESCO, E. (In) fidelidade à aventura freudiana. Entrevista concedida a distância em 2006 à *Revista Percurso*, 37. Disponível em: <http://www.freudiana.com.br/sem-categoria/elizabeth-roudinesco-in-fidelidade-a-aventura-freudiana.html#more-2134>.